



4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIÁS

DOCUMENTO FINAL

1. Ameaças, avanços e perspectivas para efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar no âmbito estadual ou distrital – deve conter sinteticamente uma contextualização e análise crítica a respeito da realidade local

*As **ameaças** destacadas pelos participantes da 4ª CESAN em Goiás são apresentadas na forma de síntese:*

Ausência de planejamento urbano que promova o acesso dos cidadãos migrantes ou não aos seus direitos. Com relação ao pequeno produtor (agricultor/ pescador/ empreendedor familiar: excessiva carga tributária dos produtos; ausência de apoio por parte do poder público (três esferas) para a produção familiar e para a produção de alimentos orgânicos; políticas agrícolas privilegiam os grandes produtores e incentivam a monocultura no estado de Goiás, uso abusivo de agrotóxicos e falta de apoio a atuação da assistência técnica pública no estado. - Mapeamento dos territórios quilombolas e terreiros em Goiás com a política a aceleração da titulação dos territórios.

Jornada de trabalho excessiva e sem adoção de uma alimentação adequada e saudável; ausência de mão de obra qualificada; distribuição irregular de alimentos para população negra, comunidades de terreiros, ciganos, quilombolas; presente discriminação do povo cigano, fato revelado na dificuldade e ausência do acesso às políticas públicas de SAN.

Falta de articulação das ações de SAN, pouca visibilidade para as ações desenvolvidas; baixa resolutividade na garantia do DHAA. Atuação da mídia e televisão no campo da alimentação com repasse de informações inadequadas. Desconhecimento sobre SAN e SISAN tanto da sociedade civil como do poder público. Ausência de conselhos municipais de SAN no Estado. Desmobilização da sociedade civil.

Diagnóstico local dos indicadores de SAN

Os indicadores de SAN adotadas, para o diagnóstico local foram:

1. Produção e Disponibilidade de Alimentos
2. Rendas e despesas com alimentação
3. Acesso à alimentação adequada
4. Saúde e acesso aos serviços de saúde
5. Educação
6. Políticas públicas e orçamento relacionada à SAN, destes destacamos:

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em Goiás precisa ser fortalecido pois apenas 2,00% dos recursos foram utilizados. A Lavoura comunitária em Goiás apresenta um grande avanço em sua área de plantio, produção e produtividade e de famílias beneficiadas. O percentual de gastos da família com alimentação ficou em 17,9% em Goiás, enquanto no Brasil apresenta 19,8%. A média de gastos com alimentos das famílias ficou menor que o Nacional. Em relação a estimativa das famílias pobres pela bolsa família em Goiás tem 354.085 e pelo cadastro único são 682.699 (dados do PNAD, 2006). Quanto a relação dos macronutrientes de calorias na alimentação escolar, o percentual de lipídios atingiu 30,37% maior que o Nacional e de carboidratos 57,76%, proteínas 11,88%, ambos menor que o Nacional. Em junho de 2011, Goiás atingiu 37,8% de pessoas em situação de extrema pobreza, sendo: 25,6% em situação leve, 7,1% situação moderada e 5,1% em estado grave. Em relação ao PNAE, 32,07% dos municípios de Goiás adquirem alimentos da agriculturas familiar, que é superior a região Centro- Oeste, mas que precisa ser melhor trabalhado. Em relação ao ao nascer, Goiás apresenta 7,6% de crianças com baixo peso ao nascer. A prevalência do aleitamento materno exclusivo em crianças menores de 6 meses apresenta um percentual de 32,7% menor que a região Centro – Oeste e o Brasil.

Os **avanços** apontados pelos participantes da 4ª CESAN/Goiás referem-se predominantemente as políticas e programas públicos, sendo destacada a melhoria parcial da alimentação escolar através da aprovação da legislação do PNAE com a definição das diretrizes da alimentação escolar, obrigatoriedade do cardápio ser planejado pelo nutricionista, inclusão do agricultor / pescador familiar, empreendedor familiar, comunidades quilombolas na oferta de alimentos e ampliação do público atendido; criação e ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e criação do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), do Centro de Referências Especializado de Assistência Social

(CREAS), Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Centros Municipais de Educação Infantil, Programas Mais Educação, Programa de Aquisição de alimentos e maior apoio e divulgação para a agricultura familiar.

*Organizamos as **perspectivas** apontadas pelos delegados da conferência estadual em x blocos temáticos, conforme segue:*

- ✓ Apoio a agricultura familiar/ pescador familiar: por meio de acesso a legislações que garantam efetivamente o acesso a bens e serviços relacionados à propriedade rural (legislação trabalhista, acesso a terra, acesso aos documentos de posse da terra, ATER disponível e efetiva, implantação do SUASA, fomento para organização de agroindústrias familiares, revisão da lei estadual que trata da pesca artesanal,); apoio a comercialização dos produtos (mercados municipais).
- ✓ Controle social: desenvolver ações de formação com a inclusão de diferentes grupos sociais e utilização da cultura negra e das comunidades tradicionais como elementos norteadores e definição de mecanismos de exigibilidade nas políticas públicas e programas de SAN para as comunidades de terreiros, ciganos, quilombolas. Garantir a participação de comunidades quilombolas, ciganas, indígenas, populações ribeirinhas, pescadores, acampados, assentados da reforma agrária, pequeno produtores e demais povos tradicionais nos conselhos de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, assistência social e meio ambiente.
- ✓ Bioma Cerrado/ questão ambiental: identificar a água como um direito humano. Criar e aprovar a PEC 115/1995 que transforma o cerrado e a caatinga em patrimônio nacional. Estabelecer uma eco-taxa (não tributo) para produtos (empresas), conforme nível de toxidez (variação de I a V) encontrado.
- ✓ Educação para segurança alimentar e nutricional: Implantar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), considerando as dimensões do Direito Humano A Alimentação Adequada e Saudável. Formar multiplicadores na área de alimentação escolar.
- ✓ Mecanismo de exigibilidade: implantar, imediatamente a defensoria pública no estado de Goiás. Fortalecer a ANVISA e seu sistema, quanto ao monitoramento de agrotóxicos nos alimentos. Os editais para implantação dos restaurantes populares e outras estratégias para garantia da SAN devem contemplar os municípios com < 100 mil habitantes.
- ✓ Ação intersetorial:

- o *Com relação a escola e as ações de EAN:* adequação física, estrutural e de recursos humanos para o preparo e oferta da alimentação nas escolas. Criação, nos espaços de gestão que ainda não tem, do cargo de manipulador de alimentos na área de educação (escola) e que este seja um profissional diferenciado dos demais servidores da escola.
- o *Trabalho:* apoiar a qualificação da população em geral e dos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho, Melhorar as condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores; estimular a formação de cooperativas e geração de empregos. Oferecer adequada condição física, de recursos e formação para o trabalho das equipes de saúde (considerar as especificidades das comunidades tradicionais).
- o *Acesso a programas e direitos:* Realizar audiências públicas para divulgar e garantir o DHAA; capacitação dos gestores de políticas públicas em DHAA; maior acesso à participação dos programas Cozinha Brasil e Mesa Brasil;
- o *Divulgação das ações de SAN:* Estabelecer espaços de divulgação dos programas de SAN. ((internet, blog, jornal local, radio...); implantação da CAISAN nos estados e municípios; ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família e dos NASF com a inclusão do nutricionista.
- o *Acesso a recursos financeiros:* Criação de um fundo estadual de SAN para gestão do SISAN e apoio aos conselhos. Um dos avanços será a maior visibilidade aos recursos de SAN direcionado aos estados e municípios.

o

- ✓ - Criar e implementar mecanismos de promoção de SAN e DHAA junto as pessoas em situação de rua com enfoque para os dependentes químicos;
- ✓ - Ampliar a fiscalização dos produtos alimentícios (validar as informações nutricionais declaradas nos rótulos), orientação da população para a interpretação da rotulagem dos alimentos e retomar a obrigatoriedade quanto a informação de que o alimento é transgênico. [maioria]
- ✓ - Elaborar e implementar um protocolo que normatize a prescrição e uso de fórmulas lácteas artificiais, objetivando a redução do uso abusivo/desnecessário das mesmas, promovendo assim o aleitamento materno.

✓

o

Sobre as **ações e programas no nível local** os delegados destacaram:

Ações propostas pelo Ministério da Saúde (nível federal): Programa Bolsa Família (avaliação do SUS, trabalho intersetorial, elaboração de alimentos/preparações mais saudáveis); SISVAN; Programa Nacional de Suplementação de Ferro; ENPACS (com introdução de alimentos regionais na alimentação complementar); Rede Amamenta Brasil; Programa Saúde na Escola;

Ações propostas em nível estadual (Governo e sociedade civil): Monitoramento dos Surtos de Intoxicação Alimentar; Monitoramento das Indústrias; complementação do recurso da alimentação escolar nas escolas estaduais (PNAE); Rede Estadual de Promoção da Alimentação Saudável; Organização das Voluntárias de Goiás (OVG); Cursos de arte culinária com titulares do Bolsa Família; Oficinas de educação alimentar e nutricional; Grupo de trabalho para utilização de alimentos regionais na Alimentação Escolar.

2. Indicação de prioridades para o Plano Estadual ou Distrital e para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - deve conter os seguintes tópicos:

Como ações e programas prioritários para os Planos Estadual e Nacional de SAN foram identificadas as seguintes temáticas:

- ✓ Produção e comercialização de alimentos de forma sustentável e orgânica. Considerando aqui a questão da preservação dos biomas, a identificação da água como um bem social e a necessidade de fortalecer a ANVISA e seu sistema, quanto ao monitoramento de agrotóxicos nos alimentos. Outro aspecto necessário é a revisão dos preços adotados pelo PAA e do per capita do PNAE.
- ✓ Acesso aos alimentos.
- ✓ Garantia da qualidade da alimentação oferecida por meio de estrutura física, recursos humanos, financeiros adequados para a ação de preparo e fornecimento de preparações adequadas e saudáveis. (escolas, empresas etc)
- ✓ Necessidade de aproximar a área de SAN do debate sobre os processos de trabalho e geração de renda.
- ✓ Com relação ao controle social das políticas e programas de SAN há a necessidade de efetivar a inclusão de grupos tradicionais, indígenas, negros, pescadores, agricultores, etc.

- ✓ Desenvolver ações de formação em DHAA, SAN para os trabalhadores de entidades públicas e privadas, bem como gestores.
- ✓ Aumentar a abrangência das ações de educação alimentar e nutricional.
- ✓ Instituir espaços para a exigibilidade dos DH, bem como disponibilizar recursos para o efetivo funcionamento e para a divulgação da forma de acesso a estes locais.
- ✓ Que as políticas, programas e ações de SAN fomentem atividades para garantia do DHAA em municípios com < 100 mil habitantes.
- ✓ Fortalecer as ferramentas de monitoramento e promoção da SAN como o SISVAN, ENPACS, o PNSF, dentre outros.
- ✓ Inserir dentro do plano estadual de SAN o debate da reforma urbana, incluindo o instrumento de desapropriação para função social e utilizar o plano diretor como instrumento da implementação de DHAA e SAN no contexto urbano.
- ✓ Fomentar a criação do Fundo Estadual de SAN e os Fundos Municipais;
- ✓ Criar mecanismos dentro do Sisan de recebimento e monitoramento de violações do DHAA;
- ✓ Prever mecanismos e processos de monitoramento, indicadores, alcance de metas, utilização de recursos para o Plano Estadual de SAN;
- ✓ Mapear áreas de situação extrema pobreza no estado de Goiás e priorizar o atendimento em SAN nestas áreas;

3. Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implantação do Sisan – deve conter os seguintes tópicos:

- Análise sintética do quadro de implantação e funcionamento dos componentes do Sisan em nível local.

No Estado de Goiás e em poucos municípios os Conseas são as únicas instâncias do Sisan implantados. A minuta da LOSAN está em andamento.

- Propostas para a implantação/consolidação do Sisan em nível local.

PROPOSTA 1) Criação/Constituição e Adequação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs)

- ✓ Garantir estrutura física e dotação orçamentária, de maneira regular, cujo valor será estipulado por cada esfera de governo para as atividades dos conselhos municipais e estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, respeitando a recomendação do SISAN.
- ✓ Estabelecer estratégias e mecanismos de divulgação dos direitos que respeitem as diversidades (raça / etnias, religiosas, gênero, orientação sexual, faixa etária), os diferentes cenários que estamos inseridos (comunidades tradicionais, população indígena, comunidade de terreiros, grupos sociais, pequenos produtores rurais / Agricultura Familiar, dependentes químicos, pescadores artesanais, quilombolas dentre outros.) e a adoção de uma linguagem compreensível a todos da sociedade.
- ✓ Fortalecer e dar condições para que as instâncias de controle social, fiscalização, acompanhamento e avaliação dos programas e políticas públicas de transferência de renda, bem como, os demais que contemplem os planos municipais, estaduais e nacional de segurança alimentar e nutricional.
- ✓ Que as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) garantam o co-financiamento dos governos estaduais e municipais para a implantação e manutenção de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- ✓ Apoiar, incentivar e fortalecer a produção de alimentos orgânicos / agroecológicos garantindo o desenvolvimento sustentável com estímulo a valorização dos alimentos regionais.

PROPOSTA 2) Criação da CAISAN

- ✓ Criar estratégias e mecanismos estabelecendo metas para fomentar a implantação e implementação da Câmara ou Instância de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) no estado e nos municípios.
- ✓ Motivar o poder público e a sociedade civil organizada com discussões intersetoriais para constituição e implementação das CAISANs.

PROPOSTA 3) Elaboração, aprovação e funcionamento das Leis Orgânicas de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSANs)

- ✓ Apoiar, por meio de audiência pública, o levantamento das necessidades municipais de SAN para garantir o atendimento.

- ✓ Garantir a articulação entre todas as instâncias envolvidas no processo de promoção da SAN, para possibilitar a aprovação e cumprimento das LOSANs municipais e estadual.

PROPOSTA 4) Elaboração dos planos municipais de SAN

- ✓ Garantir estratégias e mecanismos que deverão ser desenvolvidos para fomentar a implantação do Plano Municipal de SAN, contemplando o atendimento das necessidades de cada município com base no controle social adequado.

PROPOSTA 5) Criação da Política de SAN

- ✓ Efetivar por concurso público a presença do nutricionista, de forma exclusiva, como responsável técnico pelo PNAE no estado e nos municípios. [14]
- ✓ Possibilitar o número adequado de nutricionistas em todas as ações dos programas e políticas voltadas para a garantia da SAN com articulação intersetorial e interdisciplinar.
- ✓ Possibilitar, estimular e garantir a criação de hortas escolares e utilização da agricultura familiar, incentivando o consumo de alimentos regionais dando suporte aos Planos Municipais de SAN.
- ✓ Fortalecer a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar criando uma legislação específica que proíba a comercialização de qualquer tipo de produto alimentício.
- ✓ Aplicar todas as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (intersetorialidade, integralidade, sustentabilidade, responsabilidade sanitária, mobilização e participação social, equidade, educação, informação e comunicação em saúde) no âmbito das ações dos Planos e das Políticas Municipais e Estadual de SAN.

Esta parte não consegui identificar onde pode entrar:

- Criar e implementar mecanismos de promoção de SAN e DHAA junto as pessoas em situação de rua com enfoque para os dependentes químicos;
- Ampliar a fiscalização dos produtos alimentícios (validar as informações nutricionais declaradas nos rótulos), orientação da população para a interpretação da rotulagem dos alimentos e retomar a obrigatoriedade quanto a informação de que o alimento é transgênico. [maioria]
- Elaborar e implementar um protocolo que normatize a prescrição e uso de fórmulas lácteas artificiais, objetivando a redução do uso abusivo/desnecessário das mesmas, promovendo assim o aleitamento materno.